

## **A SUPERACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E O BEM-ESTAR SOCIAL – UMA REVISÃO DA LITERATURA**

**Autores: Georgia Barros, Luiza Gallio, Otacílio Moreira and Martius Vicente Rodriguez y Rodriguez**

### **RESUMO ESTRUTURADO**

Marx (1867) em sua obra "O Capital – Crítica da Economia Política (Livro III)" define a superacumulação de capital como a acumulação de mercadorias em grandes quantidades que resulta da estagnação da circulação ou superprodução. Iniciamos este artigo com esse conceito, como elemento-chave da teoria da crise de Marx, e mostramos os diferentes momentos em que as crises econômicas ocorrem. Apresentam-se como resultado da fusão de inúmeros fatores que reduzem a taxa de lucro e, conseqüentemente, promovem uma superacumulação; fruto de uma conjuntura que, em tempos normais, produz mercadorias (meios de produção e meios de consumo) em quantidades e preços tais que dificultam temporariamente o processo de acumulação. Nas demais seções, será abordada a resposta à questão principal – da superacumulação à preocupação com o bem-estar social, o que foi alcançado? Trata-se de um estudo de revisão literária que reflete as crises capitalistas, a partir das ideias de Marx, em O capital, que reúne elementos que estão ligados ao desenvolvimento lógico a partir dos momentos fundamentais de uma economia capitalista.

**Introdução/Problematização:** Em "O Capital – Crítica da Economia Política (Livro III)" Marx aponta a acumulação de capital de bens em grandes quantidades, resultante da circulação, estagnação ou superprodução. O artigo analisa os elementos-chave da teoria da crise de Marx, e explora quando elas ocorrem. Aponta que surgem de uma infinidade de fatores que reduzem as taxas de lucro, levando à superacumulação, impactando o bem-estar social. Em tempos normais, elas decorrem de uma situação em que os bens (meios de produção e consumo) são produzidos em quantidades e preços que impedem temporariamente o processo de acumulação.

**Objetivo/proposta:** O objetivo principal deste artigo é avaliar a transição da superacumulação e a preocupação com o bem-estar social. Analisar os fatores que afetam a composição do valor do capital e as taxas de lucro, que afetam a confiança das classes preocupadas principalmente com a exploração do trabalho. Trata-se de uma revisão bibliográfica que reflete sobre as crises capitalistas a partir das ideias de Marx em "O Capital" vis a vis, outros autores da academia, sobre bem-estar social. Sintetiza elementos ligados ao desenvolvimento lógico a partir de momentos fundamentais de uma economia capitalista.

**Procedimentos Metodológicos:** A metodologia empregada neste estudo combina uma exploração aprofundada das ideias fundamentais de Marx; vis a vis a contribuição dos artigos de autores relacionados através da revisão de literatura, visando analisar a ocorrência repetitiva de crises econômicas em sistemas capitalistas, a acumulação de capital e o bem estar social. Enfatiza as perspectivas marxistas e procura levantar os fatores e dinâmicas que impulsionam essas crises. Esta abordagem abrangente fornece uma compreensão holística do assunto e constitui a base para as conclusões e percepções do estudo.

**Principais Resultados:** Este artigo destaca o pano de fundo da inevitável recorrência de crises econômicas no complexo quadro dos sistemas capitalistas, em especial, no Brasil. Essas crises cíclicas, enraizadas na nossa realidade econômica, levam-nos a mudar o nosso foco para respostas no âmbito das empresas e agências governamentais. O cerne desta mudança de paradigma reside numa determinação coletiva de evitar ações que priorizem interesses econômicos isolados, em detrimento do quadro mais amplo do bem-estar social. Ao fazê-lo, protegemo-nos contra os perigos duplos da superacumulação de capital e da erosão gradual do bem estar social.

**Considerações Finais/Conclusão:** Destacou-se como pano de fundo, a recorrência de crises econômicas no complexo quadro dos sistemas capitalistas, em especial, no Brasil. Essas crises cíclicas, enraizadas na nossa realidade econômica, levam-nos a mudar o nosso foco para respostas no âmbito das empresas e agências governamentais. O cerne dessa mudança de paradigma reside na ação coletiva para evitar ações que priorizem interesses econômicos isolados, em detrimento do quadro mais amplo do bem-estar social. Ao fazê-lo, protegemos o País contra os perigos duplos da superacumulação de capital e da erosão gradual do bem estar social.

**Contribuições do Trabalho:** O artigo contribui para a compreensão das crises econômicas no contexto do capitalismo e ressalta a importância do social na prevenção de crises, através de uma abordagem interdisciplinar. Ao sugerir que a prevenção das crises está nas mãos de empresas e agências governamentais, promove uma visão proativa, destacando a importância de políticas que evitem a superacumulação de capital e protejam a coesão social. Direciona o debate sobre a estabilidade do sistema capitalista e as políticas para mitigar os impactos das crises, sendo relevante para formuladores de políticas e pesquisadores.

**Palavras-Chave:** Super acumulação; crises econômicas; bem-estar social; inovação

## 1. Introdução

O equilíbrio entre o aumento constante da produção, do consumo e do bem-estar humano é uma preocupação incluída nos objetivos da sociedade moderna. Embora as inovações tecnológicas sejam vistas como benéficas porque estimulam a produção e influenciam o bem-estar humano, elas também podem ser ameaças potenciais aos empregos. Além disso, o progresso tecnológico impacta as relações internacionais entre os países devido às diferentes estruturas econômicas que neles existem.

De acordo com a análise de Marx (1867), os países que adotam e incorporam avanços tecnológicos podem experimentar níveis crescentes de produção, mesmo com níveis relativamente constantes de capital e trabalho. Os avanços tecnológicos permitem métodos de produção mais eficientes, levando a maior produtividade e produção.

A análise de Marx vai além dos fatores tecnológicos e enfatiza as dinâmicas socioeconômicas e políticas mais amplas que moldam os resultados desses processos. Fatores como a luta de classes, a distribuição da riqueza e o controle das forças produtivas desempenham papéis cruciais na determinação do quanto os avanços tecnológicos beneficiam a sociedade.

Em sua pesquisa, Roach et al. (2019) sugerem que a maioria das pessoas tem grandes aspirações por seu status econômico e social; no entanto, há um contraste significativo entre essas aspirações e a distribuição de renda real.

Os autores também discutem o contexto histórico da desigualdade econômica. Durante as décadas de 1950 e 1960, a desigualdade econômica global estava diminuindo, o que significa que a diferença de renda entre os diferentes níveis da sociedade estava diminuindo. No entanto, a partir da década de 1970, a desigualdade econômica começou a aumentar. Esse aumento da desigualdade torna ainda mais desafiador para os indivíduos preencherem a lacuna entre suas aspirações e seu status econômico real.

A concentração de riqueza tem sido um tema de interesse e debate em vários campos, incluindo economia, sociologia e ciência política. A distribuição desigual da riqueza dentro das sociedades levanta questões sobre seu potencial impacto no bem-estar social. A superacumulação de riqueza, referindo-se à acumulação de riqueza excessiva por alguns indivíduos ou entidades, tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos.

A desigualdade de riqueza tem aumentado em muitos países, com uma pequena fração da população acumulando uma parcela significativa da riqueza mundial (SAES ET AL, 2022). Os autores se utilizam da fábula Belíndia de Bacha (2015) para enfatizar uma série de características sobre a distribuição da riqueza coletiva. Sobre o crescimento econômico, afirma que por si só, não é capaz de gerar o bem-estar da sociedade, isto é, garantir o pleno atendimento das necessidades básicas da população. Ressaltam ainda que esse fenômeno tem gerado discussões sobre as consequências potenciais para o bem-estar social, incluindo implicações para a coesão social, mobilidade social, níveis de pobreza, resultados de saúde, oportunidades educacionais e influência política.

Portanto, compreender a complexa dinâmica entre concentração de riqueza e bem-estar social é crucial para formuladores de políticas, pesquisadores e sociedade.

## **2. Revisão de Literatura**

A literatura existente sobre a relação entre superacumulação de riqueza e bem-estar social é diversificada, abrangendo referenciais teóricos, estudos empíricos e perspectivas interdisciplinares. No entanto, uma análise desse corpo de conhecimento é necessária para sintetizar os principais achados, identificar abordagens metodológicas e descobrir eventuais lacunas ou inconsistências no entendimento atual.

Esta revisão de literatura, pretende contribuir para o corpo de conhecimento existente, fornecendo uma análise abrangente da relação comparativa entre a superacumulação de riqueza e o bem-estar social. Os resultados desta revisão ajudarão a informar os formuladores de políticas, pesquisadores e partes interessadas na formulação de intervenções e políticas baseadas em evidências destinadas a promover uma distribuição mais equitativa da riqueza e melhorar o bem-estar social geral.

Segundo Marx (1867), o modo de produção capitalista é caracterizado por um padrão cíclico de desenvolvimento econômico. Esses ciclos consistem em vários estágios que incluem estabilidade, crescimento, prosperidade, superprodução, crise, estagnação e um subsequente retorno à estabilidade, iniciando o ciclo novamente.

No entanto, à medida que a economia progride e atinge um ponto de superprodução, onde a produção de bens excede a demanda do consumidor, segundo Marx, surge uma crise. Esta crise perturba a estabilidade e a prosperidade da economia.

Para Gilbert (1851), no primeiro período, imediatamente após a pressão, o dinheiro é abundante sem especulação; no segundo período, o dinheiro é abundante, e as especulações também; no terceiro período, a especulação começa a diminuir e o dinheiro é procurado, no quarto período, o dinheiro é escasso e a pressão chega.

Em relação ao bem-estar social, Gurgel e Justen (2021) afirmam que "a ação social sempre esteve presente na história do capitalismo como recurso de sociabilidade ao qual o modo de produção recorreu".

Este estudo está dividido em introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos achados, conclusão e trabalhos futuros.

É o que será abordado nesta seção, utilizando como base de dados Scopus, Scielo e Research Rabbit, que fornece uma revisão abrangente da literatura antecedente, com foco na relação entre Superacumulação de Riqueza e Bem-Estar Social. Para melhor compreensão ela estará dividida em pontos que ajudarão no atingimento dos objetivos propostos.

## 2.1 A Superacumulação de Riqueza e o Bem-Estar Social

Em sua análise dos ciclos industriais, Graziottin et al. (2021) afirmam que, Marx descreve os movimentos cíclicos das taxas de juros, diretamente relacionadas à desaceleração ou aceleração do capital industrial e resultantes da dinâmica da acumulação de capital industrial; ligadas à oferta e demanda de capital em dinheiro para empréstimos. Os autores afirmam ainda que, Marx destaca que, a acumulação de capital industrial deixa de depender dos retornos gerados pela venda de mercadorias e passa a ser sustentada pelo sistema de crédito estabelecendo as bases para a futura ocorrência de crises.

Segundo Marx (1867), a causa fundamental de toda crise genuína reside na pobreza e na capacidade limitada de consumo das massas, o que contradiz a tendência da produção capitalista de expandir continuamente as forças produtivas como se não houvesse outro limite senão a capacidade absoluta de consumo das massas.

O Brasil passou por mudanças significativas nos últimos 50 anos devido a várias crises econômicas. O país passou de um período de superacumulação de capital para uma maior preocupação com o bem-estar social. Neste artigo, analisaremos essas mudanças, suas causas e efeitos. De acordo com Gurgel e Justen (2021), o estabelecimento do Estado de bem-estar social remonta à Segunda Guerra Mundial e se diferencia das políticas sociais anteriores por sua característica única de integrar e envolver o Estado, o mercado e a sociedade civil em seu funcionamento.

Hayek (1990) acredita que o conservadorismo não é um programa social e, embora seja um elemento necessário em toda sociedade estável, muitas vezes se revela mais próximo do socialismo do que do verdadeiro liberalismo. Para ele, os programas sociais são vistos como direitos que o Estado concede e garante a alguns, mas não são acessíveis em igualdade de condições a outros.

A partir da década de 1970, Hayek resalta o esgotamento do chamado "milagre brasileiro" combinado com a falta de representatividade política e o aumento da complexidade da estrutura social, levando ao surgimento de movimentos sociais e organizações não governamentais, que apresentaram outras demandas e impossibilitaram a continuidade do sistema de representação vigente até então.

O próximo ponto discutirá a adoção global do racionalismo e o crescimento generalizado do capitalismo centralizado.

## 2.2 Racionalismo globalizante e expansão do capitalismo central.

Neste ponto serão discutidos o modelo keynesiano-fordista-assistencial-burocrático: neoclassicismo, estruturalismo e sistemas. Desenvolvimentismo e capitalismo associado no Brasil.

### 2.2.1 Brasil - Contexto Histórico

Gurgel (2003, p. 100) argumenta que a questão central da contradição capital-trabalho tinha uma opção clara e declarada pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação individual do trabalho social na proposta socialista da nova política econômica (NEP). No entanto, apesar disso, o desenvolvimento de um crescimento sustentado da produtividade é fundamental para o desenvolvimento econômico de longo prazo, como reconhece Singh (2016). Isso requer o acúmulo de capital físico e humano, bem como o avanço tecnológico.

Quanto à macroeconomia do desenvolvimento, Pereira et al. (2012) argumentam que é mais sensato uni-la à teoria do desenvolvimento econômico, em vez de separá-las, dada a interligação entre esses dois campos.

Schmidt (2009) argumenta que a intervenção macroeconômica tardia, que começou plenamente com a economia de guerra na década de 1930, iniciou um longo período de ascensão. Nas duas décadas que antecederam a Grande Depressão, a administração científica e a produção em massa foram introduzidas nas novas indústrias química, automotiva e elétrica, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial e após a crise inflacionária do início da década de 1920.

Na idade média, nenhum artesão era cidadão e o nobre se orgulhava de não trabalhar Gurgel et al. (2013), ao citar que ainda hoje são encontrados exemplos desse estigma através da versão do trabalho manual versus o trabalho intelectual; resultando em um pequeno desenvolvimento do mercado e das empresas em sociedades onde predominam as atividades artesanais e de subsistência, com grandes empreendimentos caindo nas mãos dos governos.

## 2.3 Modelo keynesiano-fordista-assistencial-burocrático

Segundo Paula (2013), Tavares *et al.* (1984) os keynesianos defendiam uma combinação equilibrada de políticas fiscal e monetária para administrar a estabilidade econômica; No entanto, eles ignoraram a presença de estruturas de preços dominantes no mercado global, onde alguns países atuam como formadores de preços e outros como tomadores de preços. Com base nisso, eles assumiram que haveria uma convergência de preços em favor de países com custos salariais mais baixos ou maior eficiência, levando-os a acreditar que os países europeus, incluindo Alemanha e Itália, estavam mais bem posicionados para combater a inflação do que os Estados Unidos.

Por isso, Tavares et al. afirmam que, partindo desse pressuposto, os keynesianos atribuem a responsabilidade pela inflação persistente às demandas salariais, argumentando que as lutas salariais foram a principal causa das pressões inflacionárias. Consequentemente, eles recomendaram uma política apropriada para enfrentar a luta distributiva e controlar a inflação de forma eficaz.

As políticas de redução das alíquotas de impostos e privatização de empresas estatais, foi destacada por Rola et al. (2019) mostrando os impactos positivos tanto na economia em geral quanto no bem-estar dos cidadãos. Observaram ainda que, ajustar as finanças públicas



reduzindo o gasto do governo tem um impacto no bem-estar que é mais de duas vezes superior ao ajuste realizado através de transferências diretas aos cidadãos.

No próximo ponto busca-se explorar o desenvolvimentismo e o capitalismo associado no Brasil, examinando uma parte da história econômica e política do país, com grande impacto no seu desenvolvimento ao longo do século XX.

## 2.4 Desenvolvimentismo e Capitalismo Associado no Brasil

O desenvolvimentismo e o capitalismo associado têm sido temas centrais no desenvolvimento econômico do Brasil. O desenvolvimentismo refere-se a um conjunto de políticas e estratégias econômicas destinadas a promover a industrialização, o crescimento econômico e o progresso social. Envolve uma intervenção ativa do Estado na economia para promover o desenvolvimento e reduzir a dependência dos mercados externos. No contexto brasileiro, o desenvolvimentismo tem sido frequentemente associado à industrialização liderada pelo Estado e à industrialização por substituição de importações (ISI).

Para alcançar esses objetivos, o autor destaca a importância da luta e da mobilização social. Somente por meio dessas ações o Brasil poderá alcançar a emancipação social plena, promovendo a liberdade, a solidariedade e a contínua ampliação de direitos. Em essência, a mobilização social torna-se a mola propulsora da inovação permanente na busca de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil.

O próximo ponto discutirá um período desafiador de turbulência econômica e política no Brasil durante a década de 1980, que foi caracterizado por crescimento econômico lento, inflação alta, dívida externa crescente e instabilidade política - "A Década Perdida" - termo frequentemente associado à crise da dívida latino-americana dos anos 80.

## 2.5 Superacumulação e crise

Este ponto considerará eventos importantes como: crise do modelo keynesiano-fordista, assistencialista e burocrático. Crise da dívida externa, inflação alta, estagnação econômica, instabilidade política e desigualdade social. Juntos, eles geram – o Brasil e "a década perdida".

Segundo Tavares *et al.* (1984), para criar meios para financiar iniciativas econômicas de larga escala, o Brasil tomou empréstimos substanciais dos mercados de capitais internacionais na década de 70, assim como muitas outras nações da América Latina. No entanto, como as taxas de juros subiram em todos os lugares no início dos anos 1980 e o Brasil teve problemas para pagar sua dívida externa, resultando em uma crise da dívida.

Durante a década de 1980, o Brasil experimentou uma hiperinflação, com taxas de inflação atingindo níveis extremamente altos, muitas vezes em três dígitos. Isso corroeu o poder de compra da moeda brasileira, levando à instabilidade econômica.

Considerando que o Brasil viveu um período prolongado de alta inflação, atingindo um pico em torno de 100% ao ano em 1964, diminuindo até o primeiro choque do petróleo em 1973, mas voltou a subir depois, com média acima de 100% entre 1980 e 1994. Ayres *et al.* (2019) argumentam que esse período coincidiu com graves problemas na balança de pagamentos e estagnação econômica, após a crise da *dívida externa* no início dos anos 1980.

Os autores destacam déficits fiscais, política monetária passiva e restrições ao financiamento da dívida que caracterizaram o período de alta inflação (1960-1994), embora, durante a transição para o período de inflação baixa (1995-2016), tenham sido feitas melhorias nessas áreas, mas não tenha levado a um crescimento econômico significativo.

Para superar a crise, o capitalismo em suas diversas fases precisou se reestruturar utilizando as contratendências apontadas por Marx (1867) para manter a acumulação, a reprodução e a dominação do modelo capitalista. Essas medidas incluem o aumento do grau de exploração do trabalho, a compressão dos salários abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, a abertura comercial e o aumento do capital por meio da superacumulação (SANTOS, 2009).

Em conclusão, a crise do modelo keynesiano-fordista, assistencialista e burocrático foi causada por vários fatores, incluindo superacumulação, corrupção e gastos desproporcionais. A reestruturação e a adoção da acumulação flexível tornaram-se a nova norma para superar essa crise. A experiência do Brasil nesse período evidencia os desafios da transição para um novo modelo econômico e os impactos que ele tem na sociedade.

O próximo ponto explorará a superacumulação e a ideologia do capitalismo no Brasil. Ao estudar a superacumulação capitalista e a ideologia no Brasil, é importante pesquisar autores, contexto histórico e movimentos sociais para obter uma compreensão abrangente de como essas dinâmicas se cruzam na formação de nossas percepções sobre a sustentabilidade do capitalismo e as contradições inerentes ao contexto brasileiro.

## 2.6 Superacumulação e ideologia

Este ponto irá considerar eventos importantes como: Movimento Schumpeteriano, sociedade Mont Pelérin, crise da ação coletiva, teoria da escolha pública. O choque de mercado no Brasil: empresas, empresários e acadêmicos.

Hayek (1990) afirma que cada fase desse processo de transformação ao longo de décadas parecia apenas uma pequena mudança, mas pode ser vista como resultado, por efeito cumulativo, promovendo uma diferença fundamental entre a antiga atitude liberal em relação à sociedade e a abordagem atual dos problemas sociais; resultando em uma completa inversão de curso, um completo abandono da tradição individualista que criou a civilização.

Schumpeter (1957) não procura explicar todo o desenvolvimento econômico, mas apenas o que ocorre no sistema capitalista, pois para o autor, o aspecto econômico tem dependência fundamental de mais coisas, não podendo, portanto, explicar apenas com pré-condições a mudança econômica, uma vez que deve abranger toda a situação anterior.

Como parte das teorias econômicas, Jaffee (2018) afirma que a teoria do aperto salarial/compressão do lucro oferece suporte para uma análise histórica das crises capitalistas norte-americanas. Essa teoria permite documentar historicamente as crises que se alternam, do lado da demanda e do lado da oferta, como reações às estruturas sociais de acumulação associadas a essas fases de acumulação.

O bem-estar social, segundo Duarte (2017), apesar de apresentar características comuns, como políticas econômicas influenciadas pelo pensamento de Keynes, sua implementação varia de acordo com as particularidades de cada nação. No contexto específico do Brasil, o Estado de Bem-estar Social segundo o autor, surgiu como uma estratégia governamental voltada para a formação da força de trabalho necessária à modernização e ao desenvolvimento do país. A centralização das políticas sociais persistiu até o final dos anos 1980 e contribuiu para a manutenção das desigualdades sociais.

Embora a perspectiva liberal esteja correta ao identificar as deficiências do Estado na prestação de serviços públicos, de acordo com Ferreira (2017), há muito a ser feito para melhorar a eficácia dos gastos públicos, e parte desse esforço reside na implantação de

ferramentas de medição do progresso social e dos resultados das políticas públicas em termos de bem-estar social.

As causas da expansão do estado de bem-estar social em países democráticos de renda média foram estudadas por Dorlach (2020) e sua revisão da literatura conclui sugerindo que os partidos políticos e suas ideologias de estado de bem-estar social merecem realizar um exame mais atento sobre a evolução dos Estados de bem-estar social em países democráticos de renda média.

O próximo ponto analisará empreendimento flexível, inovação de processos, inovação de produtos, inovação tecnológica, obsolescência ultrarrápida e movimento de qualidade no Brasil por meio de uma perspectiva multidimensional que considera fatores econômicos, sociais, tecnológicos e relacionados a políticas

## 2.7 O Movimento Schumpeteriano

O Brasil é uma economia grande e diversificada, conhecida por seus setores de recursos naturais, agricultura e manufatura, mas o país ainda enfrenta desafios econômicos, incluindo períodos de crescimento lento, inflação alta e déficits fiscais. A instabilidade política e as questões estruturais têm contribuído para a incerteza econômica. Este ponto considerará o empreendimento flexível, a inovação de processos, a inovação de produtos, a inovação tecnológica, a obsolescência rápida e o movimento pela qualidade no Brasil estão incluídos neste ponto de pesquisa.

Para Schumpeter (1957), o desenvolvimento econômico é o objeto da história econômica, que faz parte da história universal, e que, devido a essa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a todo o resto, ele não pode explicar a mudança econômica apenas por condições econômicas anteriores.

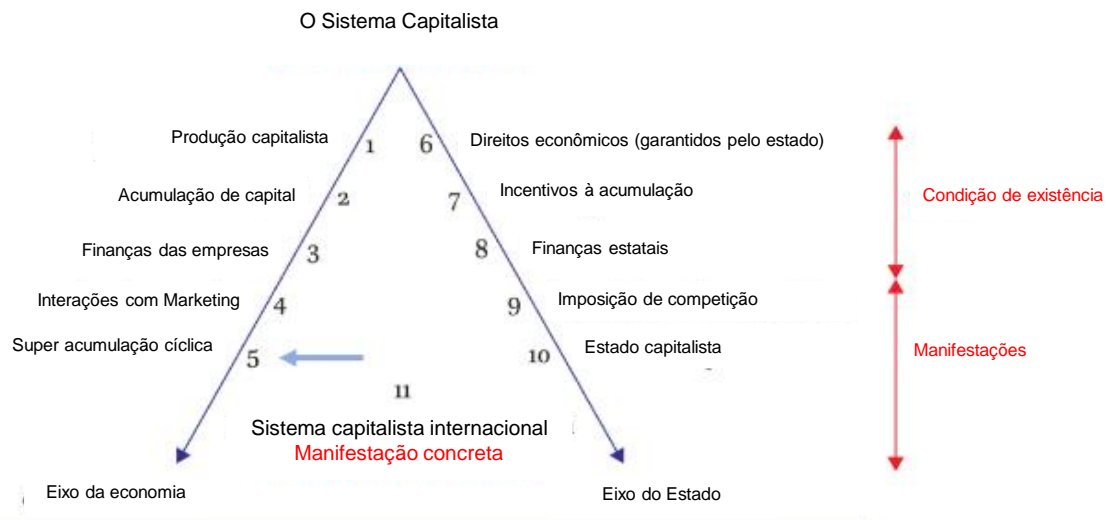
A revisão da produção bibliográfica sobre a reestruturação produtiva no Brasil, segundo Tumolo (2001), revela que a análise empreendida por quase todos os pesquisadores, mesmo aqueles que fazem críticas específicas, permanece confinada ao âmbito dos processos de trabalho.

No contexto do Brasil, segundo Araújo Jr. (1999), a implementação de uma abordagem Schumpeteriana da política de concorrência envolve uma mistura de tarefas intrincadas e ações diretas, sendo que estas últimas servem como trampolins para alcançar objetivos mais amplos.

O autor destaca que, embora medidas como a remoção de barreiras comerciais, a privatização de empresas estatais e as reformas fiscais possam ser relativamente rápidas se apoiadas por vontade política, a construção de uma estrutura para regular uma economia aberta envolve uma mudança cultural mais profunda.

Figura 1- O Sistema capitalista.





Fonte: Reuten (2019)

De acordo com Gurgel et al. (2016), a partir do construto teórico sobre desenvolvimento, formulado por Schumpeter (1934), que avançará para a ideia de inovação e empreendedorismo, no complexo de significados schumpeterianos, o conceito de qualidade é redefinido, inovando em si mesmo. Na opinião destes autores, a fronteira para a inovação torna-se mais flexível, proporcionando uma série de mudanças nas empresas contemporâneas: reengenharia, *downsizing*, *rightsizing*, *outsourcing* e parceria, multifuncionalidade, remuneração flexível, contrato temporário, *part-time*.

Em síntese, segundo Reuten (2019) e Silva Junior et al. (2020), a crise econômica estimula uma série de estudos que analisam como a atividade inovadora é afetada por um cenário de enormes incertezas sobre os rumos da mudança tecnológica, condições de demanda e novas oportunidades de mercado.

Em resumo, Schumpeter enfatizou o papel central dos empreendedores na condução do crescimento econômico por meio da inovação. Ele cunhou o termo "destruição criativa" para descrever como os empreendedores introduzem novos produtos, processos e tecnologias que interrompem as indústrias existentes e criam outras. Ele argumentou que períodos de rápidas mudanças tecnológicas (ascensões) são seguidos por retrações à medida que a economia se ajusta às novas inovações.

O próximo ponto abordará a reestruturação produtiva e o Toyotismo, com foco na reorganização e otimização dos processos produtivos, tecnologias e arranjos trabalhistas dentro de uma indústria ou empresa.

## 2.8 Toyotismo e reestruturação produtiva

Este ponto considerará a integração dos princípios da produção enxuta enfatizando a busca da eficiência, melhoria contínua e aumento da competitividade, bem como, minimizando desperdícios, otimizando processos e incentivando a participação dos trabalhadores na tomada de decisões, as organizações visam melhorar os métodos de produção e realocar recursos de forma eficaz. Essa abordagem abrangente leva a maior eficiência, redução de custos, aumento da lucratividade e, em última análise, uma posição mais ágil e competitiva no mercado.

Os processos de reestruturação produtiva, iniciados nas décadas de 1960-70, segundo Da Silva et al. (2020), trouxeram à tona as vulnerabilidades do sistema de produção em massa preconizado por Taylor (1966) por meio da Administração Científica. A rigidez dos controles gerenciais e a excessiva padronização dos processos de trabalho, continuam os autores, foram expostas nesse contexto, surgindo o modo japonês de gestão, ou Toyotismo, como solução alternativa às práticas vigentes.

Outra característica do Toyotismo, segundo Lombardi (1997), é a gestão participativa, que dá ênfase significativa à capacidade dos indivíduos de tomar decisões, resolver problemas, motivar-se e contribuir para os objetivos coletivos. No entanto, é importante discernir se essa "participação" é transparentemente autônoma ou percebida como autonomia controlada, onde há controle sobre os trabalhadores, seja por meio de círculos de qualidade e processos organizacionais opostos aos institucionalizados; e os trabalhadores que rejeitam as regras impostas são julgados pela sociedade.

Segundo Da Silva (2020), a acumulação flexível, como forma de controle do capital, manifesta-se de três formas distintas: voltada para o crescimento, explorando o trabalho vivo para expansão e apropriando-se de ferramentas e processos tecnológicos para o desenvolvimento.

"Reengenharia", "produção enxuta", "trabalho em equipe" e "qualidade total" são termos destacados por Ferreira (2017) para descrever a fábrica moderna. No entanto, essas mudanças trouxeram várias consequências negativas, incluindo a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, o enfraquecimento da solidariedade da classe trabalhadora, o aumento da terceirização e da precarização do emprego e a erosão dos sindicatos tradicionais, que se transformaram em entidades mais complacentes ou orientadas para as empresas.

Embora o capitalismo invista em qualificar, treinar e equipar o trabalhador, preparando-o para suas tarefas, permanece imperativo explorar se a perspectiva coletiva e humanitária que se origina do capital é inerentemente motivada socialmente, ou se apenas destaca a exclusão do desenvolvimento integral do trabalhador em favor da acumulação desigual.

O próximo ponto analisará a complexidade da governança moderna e dos sistemas econômicos, Organizações Sociais e PPPs (Parcerias Público-Privadas), como incorporam abordagens inovadoras para abordar questões sociais, enquanto o capitalismo burocrático ressalta o papel da intervenção estatal. A interação entre crescimento e crise ressalta a necessidade de políticas adaptativas.

A administração pública consensual promove a tomada de decisões inclusivas, e a ideia do Estado Servindo prevê um governo trabalhando ativamente para o bem-estar de seus cidadãos. Essas noções moldam coletivamente as discussões sobre governança, economia e políticas públicas contemporâneas.

## 2.9 De volta à economia real

Este ponto analisará a reabertura de áreas de negócios atraentes, privatizações e delegações. Organizações Sociais, Parcerias Público-Privadas e capitalismo burocrático; e *Administração Pública Consensual e Estado Servidor*. A incorporação desses conceitos em discussões e estruturas políticas pode ajudar o Brasil a alcançar o crescimento sustentável, o desenvolvimento equitativo, a governança responsável e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Além disso, abordar esses conceitos no contexto brasileiro pode fornecer compreensões valiosas para outras nações que enfrentam desafios semelhantes.

A construção dos direitos sociais no Brasil teve seu percurso marcado por rupturas e reconstruções, de acordo com Santiago et al (2017). Uma dessas rupturas ocorreu com o fim do

regime militar que durou aproximadamente 21 anos, seguido pelo estabelecimento de um regime democrático de direito; quando o Brasil adotou um novo modelo de bem-estar social por meio de uma Constituição focada no reconhecimento e garantia de direitos, principalmente os de natureza social.

Em sua obra, Pereira (2010) discute o declínio do regime fordista e os anos dourados do capitalismo, que terminaram na década de 1970. Ele levanta a questão de saber se um novo regime de acumulação os sucederá. Na contramão da noção de capitalismo financeirizado, Pereira sugere que o modelo que superará a crise deve reintroduzir as características do capitalismo tecnocrático e burocrático.

O exame da organização social no Brasil e seus estados, por meio da contribuição acadêmica de Mello e Silva e et al. (2009), avaliou fundações privadas e associações sem fins lucrativos, em relação a desequilíbrios e desigualdades. Um achado importante foi a considerável variação na distribuição dos indicadores de organização social, necessitando de exploração por meio de uma geografia histórica fortemente informada por análises econômicas, socioculturais e políticas.

Em seu estudo, Gurgel et al (2016) lançaram luz sobre a resposta do Brasil aos princípios do Consenso de Washington no governo Collor. O estudo reconhece a importância das organizações não empresariais e de sua gestão no Brasil.

De modo geral, o terceiro setor no Brasil tem assumido um papel crucial na abordagem das questões sociais, atuando em colaboração com diversos atores e visando amenizar os impactos da exclusão impulsionada pelo capital. Ferreira (2017) enfatiza que o terceiro setor, assume o controle sobre possíveis soluções para questões sociais.

Após a instalação do governo militar no Brasil, em 1964, a sociedade civil mobilizou-se para resistir ao modelo político imposto. Em resposta, surgiram organizações para dar apoio e orientação aos movimentos sociais de oposição ao regime. De acordo com De Freitas et al. (2014) essas organizações se envolveram ativamente com entidades internacionais para garantir financiamento e melhorar o desenvolvimento desses movimentos. Tais entidades passaram a ser conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONGs).

Essa nova ordem social, de acordo com Ferreira (2017), se caracteriza pela predominância da ação comunitária (entre elas a economia solidária) sobrepondo-se à ação estatal e empresarial; promovendo mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo e dá origem a uma nova concepção de Estado. Substitui a prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social, por meio de novas instituições sociais; diminui a influência da burocracia estatal e aumenta a influência das entidades comunitárias; abrindo também novos canais de demandas sociais e surgimento de redes sociais de solidariedade.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

#### **3.1 Justificativa e valor da pesquisa**

Envolvendo benefícios sociais, a presente pesquisa deve produzir resultados socialmente valiosos. Neste artigo, exploramos os impactos das crises de superacumulação e os avanços nos programas sociais por meio de uma análise de revisão de literatura. Embora existam pesquisas sobre cada tópico isoladamente, há uma oportunidade para os pesquisadores integrarem os campos para análises frutíferas.

A revisão de literatura segundo (Souza, 2019) e Junior et al. (2017), permite mapear as contribuições acadêmicas sobre o tema, evidenciando tendências e lacunas no campo da

pesquisa; com base nesses autores, aplicou-se a metodologia de revisão de literatura utilizada de forma exploratória para selecionar com critérios adequados de inclusão e exclusão a literatura relevante, relatando os resultados.

Os problemas de desemprego devido à escassez keynesiana de demanda efetiva e os problemas de obtenção de mais-valia na ideia marxista têm sido cada vez mais negligenciados desde o advento do modelo de Solow (1956). Kaldor (1970) criticou o modelo neoclássico exógeno por implicar que o aumento da relação capital/trabalho aumentaria a relação capital/produção, enquanto o crescimento econômico é atribuído principalmente ao aumento dos retornos encontrados em economias maiores.

### 3.2 Fontes de dados e estratégia de pesquisa

As revisões da literatura desempenham um papel importante como base para todos os tipos de pesquisa (SNYDER, 2019), elas permitem desenvolver o conhecimento, criar diretrizes para políticas e práticas, evidenciar efeitos e, gerar novas ideias e direções para um determinado campo atuando como base para futuras pesquisas e teorias.

As principais fontes de informação para realizar esta revisão foram a Web of Science (WoS) e o banco de dados Scopus (via portal CAPES) e o Research Rabbit. Esta escolha deveu-se à extensão e impacto das publicações encontradas em diferentes campos da Academia.

#### 3.2.1 Identificação dos autores e seus estudos:

- **Palavras-chave:** Destacadas no artigo e utilizadas por autores em seus artigos correlatos com o tema.
- **Seleção das palavras-chave:** Descarte de palavras em artigos não alinhados com o propósito da pesquisa.
- **(WOS) e (SCOPUS)** - Título, resumo, palavras-chave do autor.
- **(Research Rabbit)** – Palavras-chave + complemento de palavras dos pontos abordados

#### 3.2.2. Seleção e avaliação dos artigos:

Através do ParsifAI, foram utilizadas as etapas de planejamento e condução. Stefanovic et al. (2020) apoiam a utilização do ParsifAI na organização das revisões de literatura.

Para execução da referida revisão, optou-se pelos parâmetros PICO (População, Intervenção, Comparação, Resultado) bem como todo o planejamento e desenvolvimento da pesquisa armazenado *online*, no Parsifal. Seguem-se os parâmetros adotados:

- **População:** Indivíduos e famílias de baixa renda em área urbana que enfrentam uma acumulação de riqueza e recursos, levando à desigualdade econômica e ao acesso limitado aos serviços sociais
- **Intervenção:** Implantar um conjunto abrangente de políticas e programas destinados a reduzir a acumulação e a melhorar o bem-estar social. Incluindo; tributação progressiva para redistribuir a riqueza; programas de formação profissional e educação para aumentar as oportunidades de emprego; iniciativas de

desenvolvimento comunitário e programas de alfabetização financeira e capacitação para indivíduos e famílias.

- **Comparação:** Avaliar as mudanças na desigualdade econômica, nas taxas de pobreza, no acesso aos cuidados de saúde, nas taxas de emprego e no bem-estar geral.
- **Resultados:** As influências das condições econômicas locais, o clima político, os valores culturais e os fatores históricos na acumulação de capital e o resultado para o bem-estar social no Brasil. Além disso, avaliar a capacidade das instituições existentes para implementar e sustentar as intervenções propostas.

No Scopus foram 54 documentos e, no WoS 652 documentos (última busca 22/08/2023).

Após definidos os filtros: período, idioma, tipo de documento e domínio da pesquisa, apenas foram considerados trabalhos acadêmicos de revisão por pares até 2022, escritos em português, inglês e espanhol e, incluídos em uma das seguintes áreas de pesquisa: Negócios, Economia, Ciências Sociais, na Scopus. Na WoS, as áreas foram: Economia, Gestão e Negócios. A ferramenta de busca Research Rabbit, obteve 55 artigos na seleção inicial, sendo incluídos apenas 12 artigos, após os mesmos critérios descritos acima.

Os artigos identificados foram então, exportados para o ParsifAI, iniciando o processo de seleção do Corpus da pesquisa. Após o filtro de leitura dos resumos e dos textos, o resultado está descrito na tabela abaixo:

Tabela 2. Lista dos Artigos e Autores selecionados

Artigo	Ano	Aplicação
Da Silva	2020	Productive Restructuring: Worker Qualification and Skills and Flexibilization of Work in the Toyota Production system
Duarte	2018	A Assistência e o estado de bem-estar social no brasil
Dorlach	2020	The causes of welfare state expansion in democratic middle-income countries
Ferreira	2017	Renda x bem-estar social e desigualdade nos municípios
Ferreira	2017	O Papel do Terceiro Setor nas Formulações dos Governos FHC
Grazziottin et al.	2021	Crises em Marx: o ciclo industrial e as suas fases
Gurgel et al.	2021	Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”
Jaffee	2018	The Current Crisis of US Neoliberal Capitalism and Prospects for a New “Social Structure of Accumulation”
Reuten	2019	A systematic-dialectical exposition of the capitalist system
Roach et al.	2019	Consumption and the consumer society.



Rodrigues dos Santos	2022	O conteúdo da crise cíclica de superprodução de capital
Rola	2019	Impactos de um governo com características liberais no crescimento e bem-estar do Brasil.
Artigo	Ano	Aplicação
Saes et al.	2020	Distribuição de renda e bem-estar social
Santiago et al.	2017	Da construção à iminente desconstrução do estado de bem-estar social
Silva Junior	2020	Políticas públicas: do estado de bem-estar social no Brasil ao welfare state.
Souza et al.	2019	Estado de bem-estar social uma revisão de literatura

#### 4 Resultados

No contexto do Brasil, o aprofundamento da trajetória desde o conceito de superacumulação de Marx até a realização do bem-estar social desvela uma narrativa profundamente entrelaçada com o tecido econômico e social da nação. Os estudiosos há muito invocam a busca do bem-estar social como contramedida às recorrentes crises econômicas que marcaram a história do Brasil. Essa exploração ilumina um padrão discernível, que não apenas reflete os ciclos econômicos, mas também exerce uma influência transformadora na dinâmica do trabalho, ocasionalmente colocando desafios à própria busca pelo bem-estar social.

Embutido nessa análise está o conceito duradouro de superacumulação, fenômeno presente desde o início do Brasil como nação e ainda ressoando em seus diversos estratos. Apesar dos esforços persistentes dos sindicatos que defendem os direitos dos trabalhadores, do envolvimento ativo do terceiro setor na elevação da comunidade e do surgimento de economias solidárias com o objetivo de redistribuir recursos, a superacumulação continua sendo uma constante. Ocupa uma conjuntura crucial, onde a busca incessante do lucro se cruza com a aspiração por uma estrutura social mais equitativa.

No entanto, o recente surto de avanços tecnológicos tem amplificado as disparidades já existentes na sociedade brasileira. Embora o progresso tecnológico tenha inaugurado oportunidades sem precedentes para o crescimento econômico e a inovação, ele simultaneamente aprofundou as divisões. Essa evolução, marcada pela automação, digitalização e expansão da economia digital, tem impactado de forma desigual diferentes segmentos da sociedade brasileira. Os ricos colheram os frutos dessa transformação impulsionada pela tecnologia, enquanto os menos privilegiados se veem marginalizados devido ao acesso limitado e à compreensão desses avanços.

No contexto brasileiro, emerge um consenso a partir das perspectivas de diversos autores: o potencial de investimentos estratégicos e esforços colaborativos entre entidades públicas e privadas. Essa concorrência ressalta a possibilidade de alavancar recursos econômicos e expertise para promover uma transformação positiva que alinhe os empreendimentos orientados para o lucro com o objetivo de equidade social. Esse potencial lança uma luz esperançosa sobre o caminho a seguir, sugerindo que investimentos estratégicos e parcerias inovadoras podem instigar uma onda de mudança social positiva, onde o progresso econômico coincide com o bem-estar social.

Em conclusão, a trajetória do Brasil da superacumulação ao bem-estar social é marcada por uma complexa interação de ciclos econômicos, avanço tecnológico e disparidades sociais. A relevância contínua da superacumulação e o paradoxo dos impactos da tecnologia pintam um quadro vívido da jornada do Brasil. No entanto, a perspectiva de investimentos estratégicos e iniciativas colaborativas abre uma porta para um futuro melhor, onde a prosperidade econômica e o bem-estar social não sejam mutuamente excludentes, mas sim mutuamente reforçados, refletindo as aspirações da sociedade brasileira.

#### **4 Conclusão e estudos futuros**

Este artigo apontou o pano de fundo da inevitável recorrência de crises econômicas no intrincado quadro dos sistemas capitalistas. Essas crises cíclicas, embora gravadas no tecido de nossa realidade econômica, nos convidam a deslocar nosso olhar para as respostas que estão sob a alçada dos empreendimentos empresariais e das agências governamentais. O cerne dessa mudança de paradigma está em uma determinação coletiva de evitar ações que priorizem os estreitos limites dos interesses econômicos em detrimento da tela mais ampla do bem-estar social. Ao fazê-lo, protegemo-nos contra um duplo perigo – a superacumulação de capital e a erosão gradual da coesão social.

As páginas da história contemporânea testemunham o preocupante desmoronamento da classe trabalhadora, um desenvolvimento amplificado pelo advento de vias de emprego impulsionadas pela tecnologia oferecidas por gigantes corporativos por meio de plataformas baseadas em aplicativos. Essa inegável transformação culminou em um cenário repleto de condições precárias de trabalho – um panorama inquietante marcado por jornadas estendidas, direitos trabalhistas corroídos e remuneração cada vez menor. Esse retrato, em forte contraste, ressalta o delicado equilíbrio que deve ser mantido entre os imperativos da acumulação de capital e os interesses abrangentes do bem-estar social.

Alternativamente, surge outra investigação – aquela que contempla a trajetória do avanço tecnológico e sua evolução simbiótica com novos paradigmas de emprego. Essa trajetória traçou um rumo tão indelével a ponto de distanciar a sociedade do tão almejado reino do progresso transformador?

Ao mesmo tempo, esses avanços exacerbam inadvertidamente as mazelas sistêmicas da superacumulação de capital e da desigualdade social? Essa conjuntura, onde a encruzilhada dos ciclos econômicos e a disrupção tecnológica se cruzam, impulsiona um discurso contínuo. Esse discurso, que ultrapassa em muito os limites da academia, molda os contornos da investigação acadêmica e da formulação de políticas, infundindo-lhes um senso de urgência e relevância.

Resta saber como esses desafios impactarão os rumos das políticas não só de assistência social, mas do desenvolvimento econômico em prol da geração de emprego e renda, como os aplicados nos países nórdicos, onde há uma aplicação de recursos eficiente e igualitário para toda a sociedade e não de concentração de renda, como temos não só no Brasil, mas em países que aplicam as políticas.

Na realidade socioeconômica brasileira, as reflexões desta revisão de literatura nos remeteram às intrincadas fases entre ciclos econômicos e avanços tecnológicos. Elas direcionaram e forçaram as adaptações e transformações em busca de um futuro com harmonia entre a prosperidade do capital e a tela mais ampla do bem-estar social. Por fim, percorreu-se um terreno onde imperativos econômicos e ventos tecnológicos convergiram – uma interseção que pode estabelecer as bases para os contornos das políticas de amanhã e a dinâmica do bem-estar coletivo dos brasileiros.

Estudos futuros devem ter como objetivo fornecer esclarecimentos/visões acionáveis que informem decisões políticas, capacitem comunidades marginalizadas e contribuam para um progresso social mais inclusivo e equitativo diante dos desafios econômicos e das transformações tecnológicas.

## 6 Bibliografia

ARAÚJO JR., José Tavares de; Concorrência schumpeteriana e suas implicações políticas: o caso latino-americano. (1999) Brazilian Journal of Political Economy, vol. 19, nº4 (76), pp. 569-580, October-December.

BACHA, Edmar, (2015) Belíndia 2.0: Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes. Civilização Brasileira; 1ª edição.

DORLACH, The causes of welfare state expansion in democratic middle-income countries: A literature review. (2020) Wiley Library. DOI- <https://10.1111/spol.12658>.

De FREITAS, Lucas Moraes; BARBOSA, Elizabeth Regina Negri; A Contrarreforma neoliberal no Brasil, o Terceiro Setor e Suas Relações com as Políticas Públicas e Sociais; Serviço Social & Realidade, Franca, v. 23, n. 2, 2014.

DUARTE, Ana Beatriz Borges Ramos, (2017). Trabalho Voluntário e Assistência em Igrejas Protestantes no Brasil: um estudo de caso sobre o "Sopão" da Igreja Evangélica Congregacional de Mato Alto -RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2303>. Acesso em 21/09/2023.

FERREIRA, Bruna Tamara de Souza Ferreira; (2017). O Papel do Terceiro Setor nas Formulações dos Governos FHC; Tese de dissertação de Mestrado; Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.26>; acesso em 4/03/2022.

FERREIRA, Rodrigo Nunes; (2017). Os limites da renda como indicador de bem-estar social e desigualdade nos municípios brasileiros. Tese de doutorado, disponível em <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AZXJYK>. Acesso em 26-08-2023

GILBART, James William, Um Tratado Prático sobre Bancos, 5ª ed., (1851), p.18, Livraria Alfarrabista Manuel Ferreira.

GURGEL, Cláudio; (2003). A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal; São Paulo: Cortez.

GURGEL, Claudio; SOUZA FILHO. (2016). Rodrigo e; Gestão democrática e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, pp. 104-123.

GURGEL, Claudio, JUSTEN, Agatha. (2013). Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. Revista de Administração Pública - RAP. 47(2), 357-378, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241026045004>, acesso em 29/10/2021

GURGEL, Cláudio; JUSTEN, Agatha; (2021). Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do "espírito de Dunquerque", Cadernos EBAPE.

GRAZZIOTIN, H. A.; HERRLEIN JR. R. Sistema de crédito e crises em Marx: o ciclo industrial e as suas fases. (2021) Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 39-62, janeiro-abril.

- HAYEK, F.A. (1990). O caminho da servidão; São Paulo: Instituto Ludwig von Mises; Brasil.
- JAFFEE, David; The Current Crisis of US Neoliberal Capitalism and Prospects for a New “Social Structure of Accumulation”; (2018); Union for Radical Political Economics Reprints and permissions: [sagepub.com/journalsPermissions.nav](https://sagepub.com/journalsPermissions.nav)
- JUNIOR, J. F. M., SAERIERA, J. C. (2017). As relações entre pobreza e bem-estar: uma revisão sistemática. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 8(2), 100-125. doi: 10.5433/2236-6407.2016v8n2p100.
- KALDOR, Nicholas (1970). THE CASE FOR REGIONAL POLICIES\*. *Scottish Journal of Political Economy*, 17(3), 337–348. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9485.1970.tb00712.x>.
- LAVINAS, Lena; Desigualdade e exclusão: contextos atuais (2003). Seminário Internacional URB- AL. São Paulo
- LOMBARDI, Maria Rosa; Reestruturação produtiva e condições de trabalho: Percepções dos trabalhadores, (1997), *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 61.
- MARX, Karl, Theories of Surplus value, notebook IV, pp. 170, 1867, Progress Publishers, Rússia.
- MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de; NENTWIG SILVA, Barbara-Christine; SILVA, Maina Pirajá; (2009). Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 617-633.
- PAULA, Renato Francisco dos Santos. Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista: (im)possibilidades neo- desenvolvimentistas e projeto profissional. 420p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2013.
- PEREIRA, Bresser L. C.; OREIRO, J. L.; (2012). A theoretical framework for a Structuralist Development Macroeconomics. Financial Stability and Growth Conference, FGV, São Paulo.
- PEREIRA, Bresser L.C.; (2010). A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?; *NOVOS ESTUDOS* 86
- REUTEN, Geert A.; The unity of the capitalist economy and state: a systematic-dialectical exposition of the capitalist system. Leiden; Boston: Brill, (2019).
- ROACH, Brian; GOODWIN, Neva; NELSON, Julie; Consumption and the consumer society. Global Development And Environment Institute, Tufts University. (2019)
- ROLA, Pedro Henrique Ferreira; Impactos de um governo com características liberais no crescimento e bem-estar do Brasil: uma análise de equilíbrio geral. (2019); disponível em <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:209943778> . Acesso em 28/08/2023.
- SAES, Alexandre Macchione; DA SILVA, Janice Theodoro. Distribuição de renda e bem-estar social. Módulo Estado e desigualdades: concentração de renda e distribuição da riqueza no Brasil - Projeto 3 vezes 22 na escola: independência, modernismos e projetos de futuro. (2022). USP e Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.
- SANTIAGO, Marcus Firmino; DOS SANTOS, Rosilene; (2017) Da construção à iminente desconstrução do estado de bem-estar social. Uma Análise da Realidade Constitucional Brasileira Nascida em 1988. *Revista Paradigma*, v.26, n.2, p.115-136.

SANTOS, Vinicius Correia; (2009). Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos; artigo submetido ao VI Colóquio Internacional Marx e Engels nas seções de comunicações do Grupo Temático 9 - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, no ano de 2009. Disponível em: Microsoft Word - Artigo-Eco.Cemarx.doc (unicamp.br); acesso em 05/02/2020

SCHMIDT, Ingo; (2009). A Seriedade Sangrenta: Crise e Política, Revista de Críticas em Ciências Sociais, Edição 157, Vol. 39, 2009, Nº 4, 523-540, Berlin.

SCHUMPETER, Joseph A. (1934). The theory of economic development. Cambridge, Harvard University.

SCHUMPETER, Joseph A. (1957). The theory of economic development. Cambridge, Harvard University.

SILVA JUNIOR, Matusalém Ferreira da. Políticas públicas: do estado de bem-estar social no Brasil ao welfare state. (2020). REGIT, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 58-70. Disponível em: <<http://revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT13-A5>>. Acesso em: 26 Ago. 2023.

DA SILVA, W. T., Andressa Graciely Ataíde Sampaio, & Rogerio S. Brant. (2020). Productive Restructuring: Worker Qualification and Skills and Flexibilization of Work in the Toyota Production system. E3 - Revista De Economia, Empresas E Empreendedores Na CPLP, 6(2), 023–032. <https://doi.org/10.29073/e3.v6i2.256>

SINGH, Guilherme Leonel; Mudança Estrutural e o setor de serviços: uma abordagem estruturalista revolucionária, (2016), UFSC, Tese de mestrado, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168199>. Acesso em 04/02/2022

SNYDER, Hannah; Literature review as a research methodology: An overview and guidelines, (2019); Journal of Business Research, Volume 104, Pages 333-339, <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.

SOLOW, Robert M.; A Contribution to the Theory of Economic Growth, The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, No. 1. (1956), pp. 65-94. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0033-5533%28195602%2970%3A1%3C65%3AACTTTO%3E2.0.CO%3B2-M>, acesso em 29/10/2021.

SOUZA, Fernando da Cruz; DE MORAES, Nelson Russo; Estado de bem-estar social: uma revisão de literatura; (2019); Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 5, p. 906-936, DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p906>

STEFANOVIC, Darko; HAVZI, Sara Havzi; NIKOLIC, Danilo; DUSANKA, Dakic; LOLIC, Teodora. Analysis of the Tools to Support Systematic Literature Review in Software Engineering; (2020); IOP Conf. Series: Materials Science and Engineering 1163 (2021) 012013 IOP Publishing. [HTTPS: // doi:10.1088/1757-899X/1163/1/012013](https://doi.org/10.1088/1757-899X/1163/1/012013)

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios de Administração Científica. São Paulo: Atlas, 1966.

TUMOLO, Paulo Sergio. (2001). Reestruturação produtiva no Brasil: Um balanço crítico introdutório na produção bibliográfica. Educação e Sociedade, ano XXII, no 77.